



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**

**COMARCA DE BOA VISTA**

**1ª VARA CÍVEL - PROJUDI**

**Centro Cívico - Fórum Adv. Sobral Pinto, 666 - Térreo - Centro - BOA**

**VISTA/RR - CEP: 69.301-380 - Fone: (95) 3198-4734 - E-mail:**

**1civelresidual@tjrr.jus.br**

Proc. n.º 0809641-06.2018.8.23.0010

## **SENTENÇA**

Rosiere Fonteles de Araújo, devidamente qualificada na inicial, interpõe a presente demanda judicial contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A pretendendo o recebimento de indenização securitária obrigatória decorrente de acidente automobilístico.

Afirma a autora, em síntese, que foi vítima de acidente automobilístico que lhe resultou na debilidade descrita na inicial e que a Seguradora efetuou o pagamento administrativo de valor inferior ao que lhe seria devido.

Desta forma, requer a condenação da parte ré ao pagamento do valor da indenização securitária (R\$ 13.500,00 – treze mil e quinhentos reais).

Juntou documentos.

Reconhecida a necessidade da assistência judiciária gratuita (EP. 6).

Citada, a parte ré apresentou contestação (EP. 09), arguindo a falta de prova da lesão; a ausência de cobertura, por inadimplência da autora; a necessidade de designação de perícia médica; a aplicabilidade da Súmula 474 do STJ; o pagamento administrativo de lesão diversa; incidência dos juros de mora a partir da citação; e discorreu sobre os honorários advocatícios.

Deferida a produção de prova pericial (EP. 22).

Laudo pericial juntado aos autos (EP. 47).

Impugnação ao laudo (EP. 54), feita pela requerida, onde afirma que a lesão apurada já foi paga anteriormente em decorrência de acidente diverso e que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexos de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela autora.

Manifestação da autora (EP. 61).

É o relatório. Decido.

Primeiramente, tendo em vista o laudo pericial produzido e o cerne da questão de mérito, não há necessidade de dilação probatória, razão pela qual julgo o feito antecipadamente (art. 355, I, CPC).

O seguro DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não, criado pela Lei nº 6.194/74, alterada pelas Leis nºs. 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, tendo por objetivo a reparação por eventual dano pessoal, independente de juízo de valor acerca da existência de culpa.

Presente a cobertura sempre que, em território nacional, vítima de acidente com veículo terrestre a motor, ou a respectiva carga, causando, necessária e diretamente a morte ou invalidez permanente de uma pessoa ou, ainda, a realização de despesa financeira para obtenção de assistência médica ou suplementar.

Provada a existência do acidente e o nexo causal entre este e a debilidade alegada, resta verificado o dever de indenizar.

Quanto à inadimplência da autora, já é pacificado o entendimento que a falta e pagamento do prêmio do seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres não é motivo para a recusa do pagamento.

Dessa forma, em que pese a obrigatoriedade do pagamento do Seguro DPVAT, a sua inadimplência gera apenas situação de irregularidade administrativa do veículo, impedindo a emissão do certificado de registro e licenciamento, mas não o recebimento da indenização correspondente pela vítima de acidentes envolvendo veículos automotores.

A legislação que regula a matéria exige apenas a prova da ocorrência do sinistro e dos danos dele decorrentes.

Quanto à existência de lesão incapacitante permanente, a fixação do montante da indenização se dá nos moldes da Súmula n. 474 do STJ, *in verbis*:

*“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.*

Desta forma, em caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na tabela anexa à Lei n.º 6.194/74.

O resultado da perícia médica no evento 47, informa que a autora possui debilidade parcial incompleta leve no punho direito e debilidade parcial incompleta leve na bacia.

No ponto, verifico que merece acolhimento a alegação de quitação quanto à indenização decorrente da debilidade verificada no quadril, pois a documentação anexa à contestação

comprova que referida debilidade já fora objeto de indenização anterior, em gradação superior à ora verificada, inclusive.

Portanto, a autora não faz jus a qualquer indenização em relação ao seu quadril/bacia

Vejamos o entendimento firmado pelo Tribunal Conterrâneo:

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. EVENTO OBJETO DE INDENIZAÇÃO EM DEMANDA ANTERIOR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO AGRAVAMENTO DA LESÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.” (TJRR – AC 0010.16.803111-9, Rel. Des. Mozarildo Cavalcanti, Câmara Cível, julg.: 31/03/2017, public.: 11/04/2017, p. 25)

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - RESSARCIMENTO RELATIVA A MEMBRO JÁ INDENIZADO EM DEMANDA ANTERIOR - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO AGRAVAMENTO DA LESÃO - ÔNUS DA PROVA INOBSERVADO PELO AUTOR - RECURSO PROVIDO. (TJRR – AC 0010.15.830400-5, Rel. Des. CRISTÓVÃO SUTER, Câmara Cível, julg.: 01/09/2016, DJe 12/09/2016, p. 31).

Resta, assim, a gradação quanto à lesão verificada no punho direito da requerente.

Passamos, então, a incidir as disposições contidas na Lei 6.194/74, com as modificações trazidas pela Lei 11.482/2007, em casos de invalidez permanente, será de até R\$ 13.500,00.

Em tal situação, o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com suas posteriores alterações, estabelece que, em primeiro lugar, deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I do mesmo parágrafo.

No caso, o percentual de perda que se chega em razão da lesão (punho), apontada nos autos é de 25%, o que equivale a R\$ 3.375,00(três mil, trezentos e setenta e cinco reais), conforme tabela DPVAT. Em seguida, conforme art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, reduz o valor da lesão em 25% (leve), em razão da graduação a que se chegou na perícia realizada, perfazendo, assim, o valor de R\$ 843,00(oitocentos e quarenta e três reais).

Acolho em parte, o pedido inicial (CPC, art. 487, inc. I), para condenar a parte requerida ao pagamento de R\$ 843,00 (oitocentos e quarenta e três reais), corrigidos monetariamente pela tabela do TJRR a partir da data do evento danoso e acrescidos de juros legais desde a citação.

A parte requerida decaiu em parte mínima do pedido (CPC, art. 86, parágrafo único), de modo que condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor atualizado da causa, observada a concessão do



benefício da gratuidade de justiça.

Caso os valores já tenham sido depositados, expeça-se alvará/ofício em favor do perito.

Transitada em julgado, ao arquivo com as baixas de estilo.

Data e hora registradas no sistema.<sup>su</sup>

Bruno Fernando Alves Costa  
Juiz de Direito

